



1 **CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL – COPAM –UNIDADE**
2 **REGIONAL COLEGIADA SUL DE MINAS. Ata da 135ª Reunião Ordinária**
3 **realizada no Auditório do Centro Administrativo Regional Sul de Minas – Avenida**
4 **Manoel Diniz, nº 145, Bairro Industrial JK, Varginha, Minas Gerais, no dia 03 de**
5 **outubro de 2016, às 13h30min.**

6
7 Em 03 de outubro de 2016, reuniu-se a Unidade Regional Colegiada Sul de Minas (URC
8 Sul de Minas) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), na sede regional do
9 Sistema Estadual de Meio Ambiente (Sisema), em Varginha, Minas Gerais. Participaram os
10 seguintes membros titulares e suplentes: Vilma Aparecida Messias, representante da
11 Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD);
12 Antônio Henrique Pereira da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, e
13 Abastecimento (SEAPA); Juliano Órnis Landim da Secretaria de Estado de
14 Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana (Sedru); Tenente PM
15 Adenilson de Carvalho da Polícia Militar de Minas Gerais; Bérqson Cardoso Guimarães da
16 procuradoria Geral de Justiça; Adriano Garcia do IBAMA; Joadylson Barra Ferreira, da
17 Prefeitura Municipal de Varginha;– representantes do poder público; José Carlos Zambone
18 do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari – PJ1; Carlos Renato Viana,
19 representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); José Carlos
20 D’Alessandro Bueno da FAEMG; Antônio Francisco da Silva da FEDERAMINAS;
21 Donizete Leão de Miranda, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea);
22 Antônio José Ernesto Coelho, da Associação de Proteção Ambiental de Varginha e Região
23 (APAVAR); Luiz Antônio Tavares e Katywscia Diniz Pereira, da Associação SOS Rio
24 Verde; Luiz Carlos Dias da Rocha do Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia
25 do Sul de Minas – Campus Inconfidentes; Judas Tadeu Ladeira, do Conselho Municipal de
26 Conservação e Defesa do Meio Ambiente de Varginha (Codema) – representantes da
27 sociedade civil. Assuntos em pauta. **1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL**
28 **BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** A Presidente
29 Vilma Aparecida Messias declarou aberta a 135ª reunião da Unidade Regional Colegiada
30 Sul de Minas. **3) Comunicado dos Conselheiros e Assuntos Gerais.** Conselheiro Antônio
31 Francisco: “Venho pela segunda ou terceira vez, já fiz pronunciamento semelhante, e venho
32 reforçar a questão da penitenciária de Três Corações. Na semana passada em conversa com
33 o senhor prefeito, e ele me informou os números atuais. A penitenciária foi programada
34 para 450 detentos, hoje ela tem 1600 detentos. Mais uma equipe de 400 a 500 serventes que
35 demanda esse efetivo. Após a penitenciária ainda foi construído ao lado o presídio, que é a
36 cadeia municipal com cerca de 100 detentos, mais o corpo técnico para cuidar desses
37 detentos. De maneira que são mais de 2200 homens. A ETE foi construída somente para
38 esses 450 detentos que hoje são mais de 1600. Todo este esgoto vai in natura para o
39 Ribeirão. A cidade está no sistema de tratamento de esgoto onde grande parte já foi feito



40 através da ETE do Rio do Peixe, e está faltando a maior parte que é a ETE do Rio Verde.
41 Temos lá um estabelecimento estadual, então um tratamento com a capacidade de
42 tratamento de esgoto, para 500, 600 pessoas, e lá tem mais de 2000 mil pessoas. Vai matar
43 o Ribeirão Santa Fé. A reclamação em Três Corações é gritante em tantos os sentidos. Por
44 isso, gostaria de registrar em ata mais este pleito, essa questão urgente em Três Corações”.

45 Conselheiro Bérqson Cardoso Guimarães: “Sobre a colocação do colega, eu gostaria de
46 informar que existiu um inquérito civil que apure essa questão específica em tramitação no
47 Ministério Público, e estão sendo feito todos os esforços para a questão de resolução de
48 estrutural. Realmente não é um caso fácil de ser feito, até em função do empreendimento,
49 vamos dizer assim, da realocação de todos esses presos. Mas, posso colocar que a resolução
50 desse problema está longe de ser resolvido. Na verdade são vários órgãos que estão
51 participando, a coisa não está parada, realmente é uma situação muito grave, e o senhor tem
52 toda razão sobre a contaminação que gera, a poluição. Mas na verdade são obra que têm
53 que serem feitas, projetadas para serem bem dirigidas também, e encaminhadas nesse
54 sentido. Gostaria só de fazer este registro também”. Conselheiro Antônio José Ernesto
55 Coelho: “Eu queria inicialmente comunicar que na composição dos novos conselheiros do
56 COPAM, a unidade regional colegiada aqui do Sul de Minas, a APAVAR obteve 28
57 indicações de outras ONGs. Então é uma satisfação muito grande esse elevado número dos
58 colegas que reconheceram o bom trabalho que a APAVAR está fazendo e conseguiram
59 com isso, nos prestigiar muito. Então é uma satisfação muito grande. Gostaria de dizer que
60 vamos estar aqui com nossos colegas nos próximos eventos do COPAM. Queria dizer
61 também que eu tenho uma luta como profissional de agronomia, que é a terminologia usada
62 para os defensivos agrícolas que são erroneamente chamados de agrotóxicos. Então eu fiz
63 um ofício e recebi em resposta o seguinte ofício. Com os nossos cumprimentos,
64 informamos que em atenção ao solicitado ofício com data de 20/09/2016, a partir do ano de
65 2017, os treinamentos do SENAR Minas terão o termo agrotóxico substituído por
66 defensivos agrícolas, conforme oportuna sugestão do engenheiro agrônomo José Antônio
67 Ernesto Coelho. Atenciosamente, Antônio do Carlos, Superintendente do SENAR. É só
68 isso que eu tinha a dizer”. Conselheiro Adriano Garcia: “Boa tarde. Só para comunicar que
69 nos dias 27 e 28 passado, o IBAMA realizou no Sul de Minas duas audiências públicas para
70 transmissão da linha de transmissão Xingú/Rio de Janeiro. Uma audiência pública na
71 cidade de Andrelândia e uma audiência pública na cidade de Itutinga. Onde se demonstrou
72 uma insatisfação muito grande das duas comunidades, no projeto que está sendo levado a
73 cabo. Então é só para informar que foram feitas as audiências, e agora o IBAMA, inclusive
74 com o IBAMA de Lavras, nós vamos estar atuando mais de perto, na colocação dessa linha
75 de transmissão Xingú/Rio de Janeiro”. Presidente Vilma Aparecida Messias: “ Mais algum
76 conselheiro deseja se manifestar? Passo ao item **4. Exame da Ata da 133ª RO de**
77 **04/07/2016**. Coloco em discussão. Não havendo manifestação, os conselheiros que



78 estiverem de acordo com a 133ª ata, por favor, permaneçam como estão. Ata aprovada. Vou
79 fazer a leitura dos itens a partir do item 6.1, retorno de vistas, aquele conselheiro que quiser
80 destaque, por favor, se manifeste logo após a leitura do item. Item **6. PROCESSOS**
81 **ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DA LICENÇA PRÉVIA. 6.1 Vêneto**
82 **Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Distrito industrial e zona estritamente**
83 **industrial - Pouso Alegre/MG - PA/Nº 04163/2015/001/2015 - Classe 5. Apresentação:**
84 **Supram SM. Sem destaque. 6.2 Frig'Ouro Indústria e Comércio de Carnes Ltda. -**
85 **Abate de animais de médio e grande porte (suínos, ovinos, caprinos, bovinos, equinos,**
86 **bubalinos, muares, etc); industrialização da carne, inclusive, desossa charqueada e**
87 **preparação de conservas - Ouro Fino/MG - PA/Nº 32531/2015/001/2016 - Classe 5.**
88 **Apresentação: Supram SM. Sem destaque. 7. PROCESSO ADMINISTRATIVO**
89 **PARA EXAME DA LICENÇA PRÉVIA - "AMPLIAÇÃO". 7.1 Curtume Toinzinho**
90 **Ltda. - Fabricação de wet-blue - Claraval/MG - PA/Nº 0076/1981/012/2016 - Classe 5.**
91 **Apresentação: Supram SM. Sem destaque e sem usa da palavra. 8. PROCESSO**
92 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DA LICENÇA DE OPERAÇÃO -**
93 **"AMPLIAÇÃO". 8.1 Amauri Pinto Costa - Avicultura de postura - Pouso Alto/MG -**
94 **PA/Nº 04891/2005/015/2015 - Classe 5. Apresentação: Supram SM. Sem destaque. 9.**
95 **PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DA LICENÇA DE OPERAÇÃO**
96 **CORRETIVA. 9.1 Arco Íris Lavanderia Industrial Ltda. ME - Lavanderias**
97 **industriais com tingimento, amaciamento e outros acabamentos em roupas, peças do**
98 **vestuário e artefatos diversos de tecidos - Munhoz/MG - PA/Nº 26885/2014/001/2015 -**
99 **Classe 5. Apresentação: Supram SM. Sem destaque. 10. PROCESSOS**
100 **ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE REVALIDAÇÃO DA LICENÇA DE**
101 **OPERAÇÃO. 10.1 Votorantim Cimentos S.A. - Lavra a céu aberto ou subterrânea em**
102 **áreas cársticas com ou sem tratamento; pilhas de rejeito/estéril; lavra a céu aberto**
103 **sem tratamento ou com tratamento a seco; minerais não metálicos, exceto em áreas**
104 **cársticas ou rochas ornamentais e de revestimento; fabricação de cimento; fabricação**
105 **de cal virgem, hidratada ou extinta; fabricação de explosivos, detonantes munição**
106 **para caça e desporto e fósforo de segurança; correias transportadoras; canais para**
107 **drenagem; coprocessamento de resíduos em forno de clínquer; posto de**
108 **abastecimento de combustíveis - Itaú de Minas/MG - PA/Nº 00015/1979/135/2013**
109 **DNPM nº 930.193/1991 831.224/1983 - Classe 6. Apresentação: Supram SM. Nós**
110 **temos 3 inscritos para fazer isso da palavra, sem destaque. 10.2 Coop. Regional**
111 **Agropecuária de Santa Rita do Sapucaí Ltda. - Preparação do leite e fabricação de**
112 **produtos de laticínios; resfriamento e distribuição de leite em instalações industriais -**
113 **Santa Rita do Sapucaí/MG - PA/Nº 00131/1996/006/2015 - Classe 5. Apresentação:**
114 **Supram SM. Algum destaque? Nós temos dois inscritos para fazer uso da palavra. Sem**
115 **destaque. 10.3 Paraguaçu Têxtil Ltda. - Fiação e tecelagem plana e tubular com fibras**



116 naturais e sintéticas, com acabamento; base de armazenamento e distribuição de gás
117 liquefeito de petróleo - GLP - Paraguaçu/MG - PA/Nº 00058/1992/008/2015 - Classe 6.
118 Apresentação: Supram SM. Sem destaque. **10.4 McLaw do Brasil Ltda. - Reciclagem**
119 **ou regeneração de produtos químicos; produção de substâncias químicas e de**
120 **produtos químicos inorgânicos, orgânicos, organo-inorgânicos, exclusive produtos**
121 **derivados do processamento do petróleo, de rochas oleígenas, do carvão-de-pedra e da**
122 **madeira; transporte rodoviário de resíduos perigosos - Classe I - Arceburgo/MG -**
123 **PA/Nº 01967/2002/011/2015 - Classe 5. Apresentação: Supram SM. Temos um inscrito**
124 para fazer uso da palavra. Vou continuar a leitura e depois volto neste item. **10.5 Ana**
125 **Elvira Macedo Monti/Sítio das Arvores - Avicultura de postura - Pedralva/MG -**
126 **PA/Nº 22573/2009/002/2016 - Classe 5. Apresentação: Supram SM. Sem destaque.**
127 Presidente Vilma Aparecida Messias: “Item 11 da pauta: **PROCESSOS**
128 **ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE RECURSO AOS AUTOS DE**
129 **INFRAÇÃO. Item 11.1: Pavican Pavimentação e Terraplanagem Ltda. - Usinas de**
130 **produção de concreto asfáltico - Três Corações - PA/Nº 05963/2008/003/2014 - AI/Nº**
131 **48.159/2014. Apresentação: Supram SM. Algum destaque? Sem destaque. Item 11.2:**
132 **Alexandre Ribeiro Torres - Avicultura de postura - Itanhandu/MG - PA/Nº**
133 **05701/2005/005/2014 - AI/Nº 47.150/2011. Apresentação: Supram SM. Algum**
134 **destaque? Sem destaque. Item 11.3 Móveis Trevisan Ltda. - Fabricação de móveis de**
135 **madeira, vime e junco ou com predominância destes materiais, com pintura e/ou**
136 **verniz – Andradas MG - PA/Nº 07716/2005/002/2015 - AI/Nº 10.316/2015.**
137 **Apresentação: Supram SM. Algum destaque? Sem destaque. Item 11.4 Marluvas**
138 **Calçados de Segurança Ltda. - Fabricação de calçados em geral - Madre Deus de**
139 **Minas/MG - PA/Nº 25174/2011/007/2015 - AI/Nº 56.984/2015. Apresentação: Supram**
140 **SM. Algum destaque? Sem destaque. Eu vou colocar em votação os itens 6.1; 6.2; 7.1; 8.1;**
141 **9.1; 10.1; 10.2; 10.3; 10.5; 11.1; 11.2; 11.3 e 11.4. Os conselheiros que estiverem de acordo**
142 **com os pareceres da SUPRAM, por gentileza, permaneçam como estão. Processos**
143 **aprovados. Voto para o Item 5 da pauta: PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA**
144 **EXAME DA LICENÇA DE OPERAÇÃO CORRETIVA. Item 5.1 Aviário Santo**
145 **Antônio Ltda. - Avicultura de postura; cafeicultura e citricultura; formulação de**
146 **rações balanceadas e de alimentos preparados para animais - Nepomuceno/MG -**
147 **PA/Nº 25282/2014/001/2015 - Classe 5. Apresentação: Supram SM. RETORNO DE**
148 **VISTAS pelo Conselheiro Bergson Cardoso Guimarães, representante da PGJ”.**
149 Conselheiro Bergson Cardoso Guimarães: “Nós enviamos a superintendência uma
150 recomendação, fazendo alguns apontamentos de ordem técnica e de ordem legal também, e
151 nós entendemos que gostaríamos de ver a posição da presidente. Se o processo for baixado
152 em diligência, o que significa que ele pode ser reavaliado, reavaliada essas questões, essas
153 posições técnicas que nós colocamos, se for baixado, acho que ficaria prejudicado até nossa



154 situação aqui nesse sentido. Mas se vocês entenderem que tem que ter a manifestação a
155 gente colocaria o mérito dessa manifestação de novo aqui”.Presidente Vilma Aparecida
156 Messias: “ “Eu vou pedir a manifestação da equipe”. Cesar da SUPRAM Sul de Minas: “
157 Conselheiros, o parecer, a recomendação do Ministério Público foi disponibilizada no site
158 da URC para todos os conselheiros. Considerando entre o teor daquilo que foi trazido, a
159 própria equipe da SUPRAM Sul de Minas pugna pela diligencia para que sejam elucidados
160 os fatos e produzido também um documento elucidando essas informações de forma
161 adequada para que não reste dúvidas sobre qualquer ponto trazido pela manifestação do
162 nobre conselheiro”. Anderson Siqueira da SUPRAM Sul de Minas:” No aspecto regimental
163 todo parecer que é colocado à disposição no prazo de 5 dias de antecedência, ele já traz a
164 possibilidade de julgamento sem a necessidade de fazer a leitura do parecer como um todo.
165 É assim que tem sido com os nossos pareceres técnicos e assim que deve ser feito também
166 com os relatórios de vistas, né. Até com a intenção de você maximizar as ações que são
167 feitas pelos conselheiros. A equipe técnica e jurídica ela acata a recomendação para baixa
168 em diligencia e vai trazer ponto a ponto do que foi trazido junto à recomendação do
169 Ministério Público. Independentemente dessa arrazoado que será feito de maneira
170 pormenorizada pela SUPRAM Sul de Minas, a gente entende que a SUPRAM Sul de Minas
171 sempre está aberta a diálogo com qualquer ente público ou privado aqui dentro. A gente
172 tem a intenção de praticar ao máximo possível a busca pela sustentabilidade, a gente sabe
173 que essas ações que são feitas dentro do âmbito de licenciamento ambiental, elas não são
174 fáceis de serem perseguidas. Tem hora que a gente caminha com maior ênfase com
175 proteção ao que se refere ao direito ambiental, outra hora com mais ênfase a economia,
176 outra hora com ênfase a sociedade. Sem dúvidas que todas as vezes que é colocado a
177 disposição o parecer único ele é passível de discussões por diversos setores que aqui estão
178 sendo representados. Ou seja, o que nós estamos querendo deixar registrado é que o diálogo
179 que é feito com todos os órgãos públicos e privados sempre existirá e que esse diálogo vai
180 estar aberto para que a gente consiga entrar num ponto em comum, e que principalmente as
181 informações que foram trazidas mesmo no parecer, relatório de vistas que foi baixado em
182 diligencia ele nós traz um pouco de frustração. Que embora nós vamos trazer esse ponto a
183 ponto, eu acho que é importante, porque ele foi disponibilizado, e um breve diálogo eu acho
184 que pode ser trazido aqui dentro. Porque a gente luta aqui dentro da SUPRAM Sul de
185 Minas por diversas ações que aqui foi trazido de maneira antagônica. Que está a exemplo
186 da briga que estamos tendo aqui pra tentar trazer o licenciamento dos empreendimentos que
187 estão fracionando o porte pra fugir do licenciamento. Nós fizemos um embate enorme aqui
188 quando os Ilhas dos Careiras, que arrendam imóveis de terceiros e queriam obter AS de
189 cada imóvel que foram arrendados. Não, impacto longe ele é sinérgico, ele é globalizado. É
190 um impacto que tem que ser verificado sobre a ótica do empreendimento como um todo. E
191 assim a gente tem tido grandes dificuldades de embutir na ideia do empreendedor e da



192 própria coletividade, que aquele empreendimento tem que ser visto de maneira una. E esse
193 empreendimento a gente conseguiu, nesse município, conseguiu ter vários pontos de
194 intervenção que existe no município, ter ações que ele desenvolve, mas sempre dentro de
195 uma sinergia de empreendimento da agricultura dele, de fazer um único licenciamento com
196 ganho ambiental, com mitigação de medidas de controle referendando o impacto que ele
197 custa. O fracionar o licenciamento ambiental naquele sentido é perda de qualidade
198 ambiental, nós entendemos dessa maneira. Então tem discussões dentro do parecer
199 apostado, é claro que tem que ser observado, que tem que fazer um ponto de reflexão, mas
200 que nos trouxe sim uma incógnita nas nossas ações, de até que ponto é correto nas nossas
201 ações. A gente teve há uns dois, três anos um conflito enorme com o CREA, ao exigir que
202 os servidores do Estado tivessem seu CREA. Teve um parecer jurídico da própria
203 Delegacia Geral do Estado dizendo o que nos habilita é a investidura do cargo. O
204 Ministério Público tem o poder, o poder judiciário através do juiz, exige OAB daquele ente
205 que também está investido do cargo público? Nós já tivemos até pareceres jurídicos, até da
206 própria GU em que a advogados da GU seria desnecessária a inscrição na OAB, porque a
207 investidura do cargo público já habilita essas atribuições. Nós temos atribuições, Doutor
208 Bérqson, por lei temos obrigações legais a serem reputadas. E são ações que nos dão uma
209 incógnita de que forma prosseguir. Vamos fazer todo mundo inscrever no CREA? Vamos
210 fazer todo mundo recolher RT? Essa é a melhor segurança jurídica? Hoje o que está em
211 pauta aqui dentro da SUPRAM Sul de Minas, há pouco estava conversando com o analista
212 Claudinei, na parte da manhã, sobre outro assunto, sobre segurança jurídica que nós temos
213 hoje em dia. Nós somos servidores que estamos à mercê dos atos que nos são obrigados a
214 decidir, nós somos responsáveis e investimos nossas marcas em cada pareceres que são
215 decididos e estamos à mercê de questionamento de qualquer um. Nós, lógico que este
216 questionamento tem que ser trazidos e tem que ser esclarecidos na visão, na ótica do
217 diálogo. Na ótica de que os pontos de vista que são trazidos têm uma finalidade maior e
218 longe de não entender, porque possivelmente as ações nem sempre são perfeitas, sob
219 hipótese alguma. Mas nós temos convicção que as ações que nós fazemos, embora
220 diariamente nós tenhamos que fazer a melhoria contínua, elas são feitas de boa fé e sem
221 qualquer dolo ao que é estabelecido na Lei de crimes ambientais e possíveis licenças
222 estabelecidas de maneira equivocada. Se a gente emitiu alguma licença aqui de maneira
223 equivocada, ela foi sem qualquer dolo. Crime ambiental você pratica com dolo. O sujeito
224 que estabelece ações com vontade de se realizar aquele tipo infracionário. Aqui, se nós o
225 fizemos, ou se um dia fazermos, nós o fazemos sem qualquer intuito de dolo. Com vontade
226 exclusivamente de regularizar aquele empreendimento com as melhores medidas ou pelo
227 menos com as medidas técnicas acessíveis aquele empreendimento. Nós sabemos também
228 que tem medidas técnicas que são inaplicáveis. Os custos praticamente inviabilizariam os
229 empreendimentos. Então essa dificuldade, essa transversalidade que existe hoje aqui dentro



230 da gente estar agindo em todas as situações, em todos os seguimentos, em todos os
231 formatos de discussões que são tidas aqui dentro, nos traz a obrigação de ter obrigação de
232 conhecer muito e na realidade nós não conhecemos tudo. É impossível humanamente
233 conhecer de tudo. Bom, eu só me prolonguei um pouco, peço desculpas pelo
234 prolongamento em razão de que até mesmo os pareceres todos foram discutidos sem
235 qualquer retorno de vistas. Acho que a gente tem um pouco de tempo para estar
236 trabalhando, nós iremos baixar o processo em diligencia, vamos trazer o contraponto de
237 cada informação que foi trazida e deixar registrado que a SUPRAM Sul de Minas está
238 aberta. Não só a SUPRAM Sul de Minas, mas também o SISEMA, está aberto ao diálogo
239 com qualquer ente público e privado que são os nossos clientes. Os nossos clientes somos
240 todos nós que estamos aqui dentro hoje. Eu também sou cliente de mim mesmo. Sou um
241 usuário do serviço público, um usuário da pré atividade, sou um usuário do direito
242 ambiental que estamos fazendo aqui dentro. Então nós estamos abertos ao diálogo e se um
243 dia nós errarmos, e devemos errar sim, por que humanos somos, nós fizemos com toda
244 vontade de acertar. Não há maldade, não há intenção de esquivar de qualquer procedimento
245 regularmente estabelecido, a intenção aqui é sempre trazer aquilo que nós temos como
246 ponto de vista, da equipe que foi discutida de que seria a melhor opção para aquele
247 empreendimento”. Conselheiro Bérqson Cardoso Guimaraes: “Doutor Anderson, só
248 complementando. Eu gostaria de fazer uma manifestação no sentido de que ao longo de
249 todos esses anos que eu faço parte desse conselho, eu sempre ouvi fora daqui, em Belo
250 Horizonte, em outras SUPRAMs que a SUPRAM Sul de Minas é referência para o Estado
251 todo. Até mesmo por parte da FIEMG, por parte de integrantes da SEMAD, ou seja, é uma
252 SUPRAM não só SUPRAM, mas COPAM, ou seja, talvez até pelo amadurecimento dos
253 componentes, das pessoas que já trabalham aqui, do conhecimento, ela foi se consolidando
254 com uma imagem de capacitação e de referência para o Estado todo. Muitas vezes, na
255 verdade nós convivemos com uma situação de insegurança jurídica no país inteiro, e tudo
256 que o país quer pra trabalhar, pra crescer por parte dos empreendedores. Os
257 empreendedores colocam muito isso: nós queremos regras claras, pra saber o que pode e o
258 que não pode. E nós vivemos na área ambiental uma situação muito complexa, até mesmo
259 no sentido da legislação. Muitas vezes eu escuto: tem que fazer um código ambiental. Eu
260 acho impossível. Por quê? A questão ambiental é multidisciplinar, você tem que mexer com
261 a questão hidrelétrica, a questão de energia, a questão de contaminação, num é? Ela está
262 ligada a vida como um todo. E é muito difícil você acompanhar e saber identificar o
263 número de DIs, resoluções, normas penais em branco, não é? Realmente isso não é difícil
264 só para os órgãos reguladores e fiscalizadores, é pra qualquer profissional. Não digo só do
265 direito não, profissional de área técnica. Essa questão do CREA e a responsabilidade que
266 envolve o registro de uma RT, não é? Ou seja, ao mesmo tempo em que se acha que é um
267 fato comunzinho, simples, você assinar, colocar sua RT em uma AF, aquilo é de grande



268 responsabilidade, porque a legislação remete a responsabilidade ao profissional que faz
269 aquela declaração, mesmo fora dos quadros do poder público. É a Lei que te dirigiu a isso.
270 Então a insegurança às vezes existe, mas nós temos que ter uma noção da responsabilidade
271 de cada ato. Agora o senhor colocou muito bem, não há dolo. Todo crime ambiental ele tem
272 que ser fruto de uma investigação de analisar a intenção daquele ato, todas as
273 consequências, a investigação. Nós estamos em um país, graças a Deus, democrático em ter
274 a ampla defesa, o princípio do contraditório. Agora, quanto ao Ministério Público, eu acho
275 que essa é a primeira vez que eu uso desse expediente, e meditei muito a respeito disso, lá
276 nos considerando, se vocês prestarem atenção eu coloquei: 'a recomendação é um
277 importante instrumento de que dispõe o Ministério Público para ver respeitado o
278 ordenamento jurídico, sem que haja necessidade de judicialização de eventuais conflitos'. Eu
279 tenho sempre me pautado justamente nesse diálogo, não é? Não só aqui na minha atividade
280 como conselheiro, mas na minha atividade como profissional do direito, a mediação de
281 conflitos. Por quê? O ser humano não é perfeito. Nós somos seres defeituosos por natureza.
282 Nós, como o senhor disse, nós não conhecemos tudo. E eu acho, por exemplo, que eu erro
283 todo dia. Todo dia eu estou errando, eu tenho consciência disso. Que a gente possa errar até
284 legalmente, né? Eu na reunião passada, eu ficava em dúvida daquela discussão (...). Olha,
285 eu posso levar um ação de improbidade também aqui, porque eu estou assumindo
286 responsabilidade em função daquelas anulações de autuações, daquele debate que nós
287 fizemos aqui, porque eu já vi esses casos em outras discussões de COPAM. Então todos
288 nós assumimos responsabilidades. Agora, nós nunca podemos, seja qual for a nossa função,
289 fugir as nossas responsabilidades. Eu como representante do Ministério Público tenho a
290 responsabilidade, às vezes muito difíceis também. Difícilimas. O empreendimento, por
291 exemplo, às vezes está sofrendo um processo judicial, criminal e às vezes cível. De que
292 forma eu vou lidar? Porque pra mim era muito mais fácil ficar alheio ao processo
293 administrativo. Não participar disso e falar assim: Olha, recomenda processa. Mas na
294 verdade nós temos que participar, nós temos que sofrer juntos, Doutor Anderson. Por isso
295 que eu estou aqui, entendeu? Pra ver essa realidade. E essa perspectiva de mediação desses
296 conflitos, o senhor me conhece já esse tempo que eu estou aqui, a gente pra discutir. Porque
297 enquanto há problema é legal, não é inconstitucional. O problema, como diz o Francisco,
298 está lá o esgoto da penitenciária ali há anos e anos no rio e a sociedade não quer saber se é
299 legal, se é ilegal, constitucional, se qual órgão vai fiscalizar, ela quer ver o problema
300 solucionado. Então é dentro dessa perspectiva. Quando nós fazemos uma colocação nesse
301 sentido, não é no aspecto de que nós desconfiamos da respeitabilidade dos integrantes
302 daqui, dos profissionais. Nós não temos dúvida a respeito disso. Existem, todo órgão tem
303 problemas, nós sabemos disso, mas é justamente pra nós procurarmos evoluir, todos nós, no
304 sentido de buscarmos identificar o que é nosso objetivo. De uma variação, de uma
305 regularização ambiental, o que é o mérito, o que são os problemas, os problemas são



306 administrativos? De que forma a gente pode melhorar, criar uma jurisprudência naquilo. E
307 essa insegurança vai existir sempre, ela vai existir sempre, enquanto nós não tivermos leis.
308 Nós no país temos muitas leis, por quê? Porque se criou uma cultura de que para se resolver
309 um problema é preciso criar uma lei. E muitas vezes essas leis, se quer, são implementadas.
310 Vou dar um exemplo, a Polícia Militar é integrante do SISEMA, certo? Houve até uma
311 discussão, tira ou não tira do SISEMA e tal. Ai, quem fazem as leis do país decidiu, vamos
312 manter no SISEMA. A Polícia Militar vai lá e faz uma autuação do SISEMA no
313 empreendimento, aquilo é encaminhado, fica por lá dentro do processo administrativo,
314 aquilo não é verificado, não é levado em conta. Estou dando só um exemplo. E a gente lida,
315 me desculpem, vou usar um termo um pouco pesado talvez, mas essa bagunça. Então
316 vamos revogar todas essas leis. Vamos refogar algumas coisas que estão na Constituição
317 para a gente não ter tanto trabalho com isso. Por que nós vivemos sobre a ética da
318 legalidade. Fora da lei não tem salvação. Então vamos refogar, se essas leis estão ruins. Eu
319 acho que talvez seja isso que gere a insegurança jurídica. Mas, enquanto existe um
320 referencial legal, nós temos que ter isso em mente, para nortear essa legalidade e o padrão
321 daquilo que pode e não pode. Mesmo que nem todo mundo esteja satisfeito, estejam
322 magoados, eu acho que não pé a razão talvez, para susto ou mágoa. Vamos enfrentar essa
323 insegurança, todos nós temos o nosso trabalho. Eu tenho um remedinho ansiolítico todo dia
324 cedo, senão eu não sobrevivo, porque é muito estresse o dia inteiro. Essa gente está sempre
325 na corda bamba. Então eu queria deixar esse registro, porque tenho a maior confiança e
326 acompanho o trabalho, a seriedade de todos os integrantes daqui, vocês são referência
327 realmente. E a nossa intensão é que possamos crescer juntos, aprender, aprimorar esse
328 trabalho e tentar dar um resultado mais convincente à sociedade, porque é isso que ela
329 espera de nós. “Muito obrigado”. Presidente Vilma Aparecida Messias: “Vou baixar em
330 diligência o item 5.1 da pauta. Item 10.4 **McLaw do Brasil Ltda**. Tem um inscrito para
331 fazer uso da palavra. Por gentileza. Por favor, se identifique, o senhor tem 5 minutos”.
332 Moisés, representante do empreendimento: “Boa tarde, não sei se é pertinente esta
333 solicitação. Nós temos um programa de auto monitoramento, de material particulado,
334 enxofre de uma caldeira. Fazemos ele de seis em seis meses. Em alguns anos a gente vem
335 obtendo índices muito bons de análises, bem abaixo do permitido. Temos um programa de
336 manutenção preventiva dos equipamentos. As pessoas, técnicos, os operadores das
337 caldeiras são pessoas treinadas, certificadas. Fazemos anualmente a inspeção das caldeiras
338 por um engenheiro mecânico, registrado em livro ata. Gostaríamos por uma questão de
339 custo, de solicitar, ampliar esse prazo. Ao invés de fazer de seis em seis meses, a gente
340 fazer anualmente essa análise que fazemos nas caldeiras de material particulado, etc. Essa
341 seria a minha solicitação”. César da SUPRAM Sul de Minas: “A equipe técnica entende
342 que é passível ser feita a alteração de semestral para anual, constando que durante a
343 avaliação dos relatório do empreendimento, verificou-se que a eficiência do sistema,



344 principalmente depois de adequações que foram realizadas. Então, é possível ser feita esta
345 alteração, e concordamos com a alteração da frequência de semestral para anual”.
346 Conselheiro Judas Tadeu: “Eu como metalúrgico e caldeireiro entendo muito bem essa
347 situação e sei o quanto é complicado se paralisar uma caldeira. No mínimo se gasta dois
348 dias para o resfriamento, e depois as trocas dos equipamentos também é um processo
349 demorado. Se não traz prejuízo nenhum para o equipamento e nem a nível ambiental, eu
350 também não vejo problema nenhum em que esse prazo seja maior, em conformidade,
351 justamente para a manutenção, ampliação”. Presidente Vilma Aparecida Messias: “Mais
352 algum conselheiro? Não havendo mais manifestações, e considerando que a própria equipe
353 técnica concordou com a manifestação do representante do empreendimento. Coloco em
354 votação o parecer já com as alterações sugeridas pela equipe. Os conselheiros que
355 estiverem de acordo com o parecer da SUPRAM, por favor, permaneçam como estão.
356 Processo aprovado”. Conselheiro Antônio José Ernesto Coelho: “Queria fazer um
357 agradecimento, porque passamos um bom tempo sem o lanche aqui. Ninguém aceitou
358 porque foi logo depois do almoço, mas ele é muito bem vindo em todas as outras reuniões”.
359 Presidente Vilma Aparecida Messias: “Declaro encerrada a 135ª reunião da URC COPAM.
360 Obrigada a todos.

361
362
363
364
365
366
367
368
369
370
371
372
